

Lajeado Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	93.910	37.459	349.654	167.889	17	28.166	21.067	20.146
Títulos a receber	6	736	326			8	105.149	117.015	117.015
Concessionárias	5	74.115	76.898	75.232	77.836	8	12.665	9.501	24.460
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	424	617	424	6.773	11	202.803	167.661	174.186
Outros tributos compensáveis	8	7.724	2.361	9.985	2.518	18	5.228	152.086	152.086
Dividendos a receber	11	29.128	10.102			19		10.879	3.705
Prêmio de risco - GSF	12	2.702	2.701	2.750	2.749	20		44	50
Rendas a receber	7			5.217	2.927	21		8.224	7.727
Outros créditos	13	48	8	8.765	8.046	22		6.434	6.424
Total do Ativo Circulante	208.787	130.472	452.027	268.740	Nota	358.877	477.464	410.787	506.079
Não circulante									
Títulos a receber	6	8.140	7.855			9	28.597	28.816	44.568
Prêmio de risco - GSF	12	14.183	16.884	14.435	17.184	18	349.210	149.507	579.203
Outros créditos	13	260	265	2.338	1.769			92.078	88.856
Investimentos	14	994.132	982.211			19		1.121	1.284
Imobilizado	15	761	788	954.061	983.980	20		68.578	58.370
Intangível	16	203.175	219.081	517.237	551.734	21		22.561	
Total do Ativo Não circulante	1.198.068	1.202.080	1.471.298	1.535.714	Nota	1.220.651	1.227.084	1.488.071	1.554.667
TOTAL DO ATIVO	1.429.438	1.357.556	1.940.098	1.823.407					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Receitas									
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	24	749.958	716.237	817.325	757.362				
Custo do serviço de energia elétrica	25								
Custo de operação		(134.322)	(19.380)	(131.932)	(19.463)				
Lucro bruto	25	(154.598)	(86.168)	(64.533)	(60.462)				
Despesas e Receitas operacionais	25	(288.920)	(105.548)	(96.465)	(79.925)				
Despesas gerais e administrativas		(47.962)	(44.222)	(58.255)	(53.608)				
Outras despesas e receitas operacionais		(3)	(321)	(33)	(397)				
Resultado das participações societárias	14	80.560	20.131						
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	14	493.636	586.277	562.572	623.432				
Resultado Financeiro	26	(45.374)	(44.543)	(58.288)	(54.005)				
Receitas financeiras		11.613	7.218	33.003	11.382				
Despesas financeiras		(59.987)	(21.020)	(89.390)	(50.197)				
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	27	(48.374)	(13.802)	(56.387)	(38.815)				
Tributos sobre o Lucro		(44.564)	(47.060)	(167.903)	(158.878)				
Imposto de renda e contribuição social correntes		217	(48.338)	2.340	(41.217)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(134.436)	(195.398)	(165.563)	(200.095)				
Lucro líquido do exercício	31.082	377.077	340.622	384.522	310.826	377.077	310.826	377.077	310.826
Atribuível aos acionistas controladores									
Atribuível aos acionistas não controladores									
Resultado por ação atribuível aos acionistas	28	11.613	7.218	33.003	11.382				
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		1.282.64	1.556.02	1.282.64	1.556.02				
ON		1.893.15	2.296.66	1.893.15	2.296.66				
PNA		1.282.64	1.556.04	1.282.64	1.556.04				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado									
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			347	412					
Equivaléncia patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias			167	199					
Imposto de renda e contribuição social diferidos									
Resultado abrangente do exercício	31.093	377.276	340.851	384.794	310.993	377.276	310.993	377.276	310.993
Atribuível aos acionistas controladores									
Atribuível aos acionistas não controladores									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022</							

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor execto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 29.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 24); Recuperação do imposto de renda e contribuição social (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguel; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 22.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e da controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 14).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2022 89% (92% em 2021) da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciiação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC				
Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecê uma base para os usuários das demonstrações contábeis avalarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de IAS 4/IAS 28/IAS 34/IAS 8/IAS 1/IAS 16/IAS 32/IFRS 5/IFRS 7 e IAS 9; (ii) classificação de Passivos como Circulantes ou não circulantes; (iii) Adiamento da Isenção temporária; (iv) Definição de Política Contábil; (v) Divulgações de Políticas Contábeis; e (vi) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IAS 36/IAS 7 / IAS 38/IFRS 3 / IAS 28/IAS 15/IAS 1/IAS 16/IAS 40/IFRS 5/IAS 19/IFRS 1/IAS 32/IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36/IAS 7 / IAS 38/IFRS 3 / IAS 28/IAS 15/IAS 1/IAS 16/IAS 40/IFRS 5/IAS 19/IFRS 1/IAS 32/IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	informado	indeterminado
				momento

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captação de recurso

Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve a seguinte captação de recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 6ª Emissão	mai/22	mai/25	200.000	CDI + 1,45% a.a.	Capital de Giro

Para mais informações sobre a captação, vide nota 18.

3.2 Reputações Autorizadas - extensão do prazo de outorga

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizadora nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de extensão de 980 dias.

3.3 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação

Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizada no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022 1.613	31/12/2022 2.626

Bancos conta movimento

Aplicações financeiras

Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Total

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados as taxas que variam entre 102,50% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito.

Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias</div

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

12 Prêmio de risco - GSF

Devido à adesão da repectação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao Generation Scaling Factor - GSF é protegida, o saldo do Ativo circulante e Não circulante na Companhia de R\$16.885 (R\$19.585 em 31 de dezembro de 2021) e no Consolidado de R\$17.185 (R\$19.933 em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nºs 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R\$2.701 (R\$1.351 em 2021) e no Consolidado de R\$2.749 (R\$1.375 em 2021).

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Outros créditos - Ativo					64	62	528	501
Serviços em curso								25
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10							
Estoques	13.1		257	257	7.782	7.546	1.807	1.235
Depósitos judiciais		8	3	8	919	438	3	8
Outros	48		260	265	8.765	8.046	2.338	1.769
Total	48	8	260	265	8.765	8.046	2.338	1.769
Outras contas a pagar - Passivo								
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10		432	785			921	1.782
Arrendamentos e aluguel	143	124	793	802	341	367	1.545	2.026
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.2	166	159		2.759	2.780		
Encargos Setaoriais	13.3	4.542	9.837		4.605	9.903		
Outros	15	14	1		498	394		
Total	4.866	10.134	1.226	1.587	8.203	13.444	2.468	3.808
13.1 Estoques								
A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2022 de R\$7.782 (R\$7.546 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 15) pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$922 (R\$825 em 31 de dezembro de 2021).								
Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.								
13.2 Obrigações sociais e trabalhistas								
Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.								
13.3 Encargos setoriais								
Do saldo total consolidado em 31 de dezembro de 2022 de R\$4.605 (R\$9.903 em 31 de dezembro de 2021), R\$895 (R\$5.893 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrados pela Companhia e sua controlada e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2022, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.								
As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:								

	Saldo em			Atualização			Saldo em		
	Nota	31/12/2021	Adição	Monetária	Pagamentos	31/12/2022	Nota	31/12/2021	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	13.4	5.882	6.972	350	(12.322)	882			
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		3.776	16.611		(16.913)	3.474			
Outros encargos		179	2.229		(2.222)	186			
Total	9.837	25.812		350	(31.457)	4.542			

13.4 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e sua controlada nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2022, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

A ANEEL aprovou o Despacho nº 904/2021 que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Controlada, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. O percentual de repasse da Controlada destinado à CDE é de 30%.

14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obter o controle da investida.

14.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora				% Participação direta			
	Nota	31/12/2021	Amort- izações	Equivalência patrimonial	Dividendos / Outros resultados	Saldo em abrangentes	31/12/2022	31/12/2021
Investimentos								
Investco	666.253	80.560	(40.083)		167	706.897	73	73
direito de concessão	14.1.1	315.958	(28.723)			287.235		
Total	982.211	(28.723)	80.560	(40.083)	167	994.132		
14.1.1 Direito de concessão								
Referem-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, esta sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.								
O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.								
Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 16).								
14.2 Participação direta do investimento								
	Investco							
	31/12/2022	31/12/2021						
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)								
Ordinárias					293.608	293.608		
Preferenciais					197.007	197.007		
% participação da Companhia								
Capital social integralizado					62,39	62,39		
Capital votante					73,00	73,00		
Ativos totais					1.269.669	1.158.301		
Passivos (Circulantes e Não circulantes)					301.314	245.624		
Patrimônio líquido					968.355	912.677		
Receitas					220.982	126.818		
Resultado líquido do exercício					110.356	27.576		
14.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do investimento								
	Investco							
	31/12/2022	31/12/2021						
Patrimônio líquido - Saldo inicial					912.677	909.301		
Distribuição de dividendos aos acionistas					(54.907)	(24.472)		
Lucro líquido do período					110.356	27.576		
Outros resultados abrangentes								

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Debêntures

18.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário Moeda Nacional	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento		Controladora e Consolidado				
									Encargos	Principal	Encargos	Principal	31/12/2022	31/12/2021	
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1.200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral	-	667	100.000	100.667			
(-) Custos de emissão				(1.635)	08/12/2017 a 08/12/2022						(78)	(78)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1.100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral	-	836	50.000	50.836			
(-) Custos de emissão				(351)	14/11/2018 a 20/10/2022						(41)	(41)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1.150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	901	150.000	150.901	702	150.000	150.702	
(-) Custos de emissão				(608)	21/06/2021 a 17/06/2024					(296)	(296)	(493)	(493)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1.200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	4.327	200.000	204.327				
(-) Custos de emissão				(631)	05/05/2022 a 05/05/2025					(494)	(494)				
Total geral										5.228	349.210	354.438	2.205	149.881	149.507
As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa.														301.593	

18.2 Movimentação das debêntures no exercício

Circulante	Controladora e Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos provisionados	Juros Transferências	do custo de transação
					Valor líquido em 31/12/2022
Debêntures					
Principal	150.000	(150.000)			-
Juros	2.205	(53.453)	56.476		5.228
Custo de transação	(119)		(333)	452	
Total	152.086	-	(203.453)	56.476	5.228
Não circulante					
Debêntures	150.000	200.000			350.000
Principal	(493)	(630)			(790)
Custo de transação	149.507	199.370	-	333	349.210
18.3 Vencimento das parcelas					
Circulante	Controladora e Consolidado				
	Vencimento				
Circulante					
2023					5.228
2024					
2025					
Total					354.438

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referente-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou escritura da emissão:

- Par todas as emissões:
 - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
 - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
 - (iii) pedido de autofalanga, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
 - (iv) se a Emissora proponer plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
 - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
 - (vii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
 - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).

• Específicas para a 2ª e 3ª emissões:

- (i) realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária, exceto se referida alienação: (a) não resultar em alteração de controle; (b) por préviamente autorizada por debenturistas representando pelo menos 2/3 das debêntures em circulação; ou (c) tiver sido asssegurado aos debenturistas, durante o prazo mínimo de 6 meses após a publicação dos atos, o direito de resgatar as debêntures de sua titularidade;

(ii) descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, de boa-fé, pela Companhia de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos; e

(iii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.

• Específicas para a 5ª emissão:

- (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;

(ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado pelo Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;

(iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial das ativas da Companhia;

(iv) revelar-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação aquelas relacionadas à Legislação Socioambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;

(v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;

(vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e

(vii) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.

• Específicas para a 6ª emissão:

- (i) de capital, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou

(ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou

(iii) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Característica	Forma de pagamento	Consolidado				

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$5.592 (R\$1.675 em 2021). A totalidade destes montantes nos exercícios referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisoriamente e capitalizados.

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2022
Circulante	6.424	(5.592)	424	5.154	24	6.434
Não circulante	6.247	290	(5.154)	608	1.991	
Total	12.671	(5.592)	714	632	8.425	

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$6.868.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação	Quantidade de ações "PNB"	% Participação	Total	Quantidade de cipação	% Participação
EDP - Energias do Brasil	113.690.037	100,00%					113.690.037	55,86%	
Governo do Estado de Tocantins			8.278.231	100,00%			8.278.231	4,07%	
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras			81.549.616	100,00%			81.549.616	40,07%	
Outros	4	0,00%	4	0,00%			8	0,00%	
Total	113.690.041	100,00%	81.549.620	100,00%	8.278.231	100,00%	203.517.892	100,00%	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada período será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº. 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

Lucro líquido apurado no exercício

310.826 377.077

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

11 32.583 22.864

Dividendos intermediários

11 94.000

Dividendos complementares

11 144.025 110.519

Partes beneficiárias

23.3.1 31.082 37.708

Lucro do exercício a deliberar

23.3 103.136 111.986

Dividendos por ação PNA - JSCP

310.826 377.077

0,10481 0,10481

Dividendos por ação PNB - JSCP

0,11738 0,11738

Dividendos por ação ON - JSCP

0,11738 0,11738

Dividendos intermediários PNA

0,37426 0,37426

Dividendos intermediários PNB

0,52046 0,52046

Dividendos intermediários ON

0,52046 0,52046

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

(i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e

(ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

• prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e

• recebimento de dividendo adicional, quando o montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada período, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituidas, exceto a de investimentos.

23.3 Reservas

Reservas de capital

Partes beneficiárias

23.3.1 451.376 451.376

Ágio na incorporação de sociedade controladora

23.3.2 127.827 127.827

579.203 579.203

Reservas de lucros

Legal

Lucro do exercício a deliberar

23.3.3 103.136 111.986

104.508 113.358

683.711 692.561

23.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendo 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº. 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial.

Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido, procedendo desta forma desde o exercício de 2019.

23.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do ágio líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 16.1.3.1).

23.3.3 Dividendo adicional proposto e Lucro do exercício a deliberar

Refer-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberado em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$111.986 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 29 de abril de 2022.

23.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Controladora
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	303	303	167	470

24 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes;

(ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos,

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes	Resultado por classe de ações
2021			
Ordinárias (ON)	210.644	(33.740)	176.904
Preferenciais Classe "A" (PNA)	151.095	36.198	187.293
Preferenciais Classe "B" (PNB)	15.338	(2.458)	12.880
	377.077	-	377.077
2022			
Ordinárias (ON)	173.635	(27.813)	145.822
Preferenciais Classe "A" (PNA)	124.548	(29.838)	154.386
Preferenciais Classe "B" (PNB)	12.643	(2.025)	10.618
	310.826	-	310.826

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização e referência estratégica. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expiram.

29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada:

	Controladora			
	Nota	Níveis	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
No reconhecimento inicial ou subsequentemente				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Aplicações financeiras	Nível 2	92.297	34.833	92.297
		92.297	34.833	34.833
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Bancos conta movimento	Nível 2	1.613	2.626	1.613
Títulos a receber	6 Nível 2	8.876	8.181	8.876
Concessionárias	5 Nível 2	74.115	76.898	74.115
		84.604	87.705	84.604
		176.901	122.538	176.901
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	17 Nível 2	28.166	21.067	28.166
Debêntures	18 Nível 2	355.495	300.843	354.438
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13 Nível 2	432	785	432
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	958	925	936
		385.051	323.620	383.972
		430.103	248.679	434.371
Ativos Financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
No reconhecimento inicial ou subsequentemente	4			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	326.107	164.344	326.107
Aplicações financeiras		326.107	164.344	164.344
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Bancos conta movimento	Nível 2	23.547	3.545	23.547
Concessionárias	5 Nível 2	75.232	77.838	75.232
Rendas a receber	7 Nível 2	5.217	2.927	5.217
Outros créditos - Partes relacionadas	13 Nível 2	103.996	84.335	103.996
		430.103	248.679	434.371
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	17 Nível 2	20.146	17.271	20.146
Debêntures	18 Nível 2	355.495	300.843	354.438
Uso do bem público	21 Nível 2	71.042	62.639	76.802
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			
Moeda nacional	Nível 2	100.960	101.325	102.957
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13 Nível 2	921	1.782	921
Licenças ambientais	22.2 Nível 2	10.586	12.793	8.425
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	1.953	2.392	1.866
		561.103	499.045	565.575
		494.367		

29.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e a controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e a controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar na mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

29.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar na mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

29.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que será recebido pela venda de um ativo ou que será pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticados atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada possuem características substancialmente similares aos que seriam ofertados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público, Empréstimos e financiamentos e dos arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e tradições a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas ofertadas por meio das curvas de juros de mercado.

Desse forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" da Investco mensuradas pelo seu valor de custo acrescido das despesas anuais fixas, aerocédicas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iv) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado utilizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentalmente nas condições contratuais, descontados a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(v) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentalmente nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(vi) Licenças ambientais: é concedida pela órgão competente para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentalmente nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

29.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociais em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociais em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por

...continuação

Lajeado Energia S.A.

(Aumento) diminuição de ativos de financiamento
Títulos a receber e empréstimos a receber
7.977 (521) 725 8.181

Aumento (diminuição) de passivos financiamento

Dividendos 175.162 (358.447) 313.238 37.708 167.661

Debêntures 300.310 (17.875) 19.158 301.593

Arendamentos e alugéis 114 (133) 80 865 926

Movimento relativo às atividades de financiamento**(Passivos de financiamento) (-) Ativos de financiamento)**

467.609 (375.934) 80 332.536 37.708 461.999

Controladora					
Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2021
7.977	(521)		725		8.181
7.977	(521)		725		8.181

Consolidado					
Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2021
7.977	(521)		725		8.181
7.977	(521)		725		8.181

Consolidado					
2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra					
Compra de Energia					
Materiais e serviços					
Prêmio de risco - GSF					
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20.137	12.027	3.546	737	36.447
				25.605	24.660
69.303	46.565	3.546	26.342	145.756	149.599

(*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e alugéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

Controladora					
Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2022
Nota					
11	174.186 (285.512)		296.633	31.082	216.389
18	301.593 (4.083)		56.928	354.438	
19	92.561 (7.579)		7.688	10.287	102.957
	2.393 (386)		234 (355)		1.886
570.733	(297.560)		7.922	363.493	31.082

Consolidado					
Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2022

Controladora					
2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					
Obrigações de compra					
Compra de Energia					
Materiais e serviços					
Prêmio de risco - GSF					
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.157	1.983	651	759	8.550
				49.179	49.179
166.439	273.073	223.116	717.332	1.379.960	1.366.880

Consolidado					
2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral

Controladora					
2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					
Obrigações de compra					
Compra de Energia					
Materiais e serviços					
Prêmio de risco - GSF					
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.441	12.771	4.378	1.102	37.692
				50.051	50.051
69.491	61.396	4.378	51.153	186.418	169.672

Consolidado					
2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral

Controladora					
2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					
Obrigações de compra					
Compra de Energia					